

Despacho (extracto) n.º 902/2009

Por meu despacho de 2008.10.22:

Ana Teresa Marques da Silva, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — autorizado o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 18.11.2008.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 903/2009

Por meu despacho de 2008.11.20.

Licenciado João Henrique d'Oliveira Cóias, técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director de Serviços da Área Tutelar Educativa, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo. 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota Curricular Académica e Profissional

Dados pessoais

João Henriques d'Oliveira Cóias

Estado Civil: Casado

Data de nascimento: 01 de Setembro de 1960

Profissão: Funcionário Público

Habilitações Literárias e Profissionais

Licenciatura em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, concluída em 1985, área de psicoterapia e aconselhamento.

Pós-graduação em psicoterapia, ministrado pela Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva, de 1985 a 1987.

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, ministrado pelo INA — Instituto Nacional de Administração, de 8 de Janeiro a 30 de Março de 2007

Curso de formação “Intensive Spring Practicum”- sobre técnicas de re-educação, no “Pittsburgh International Children and Families Institute”, nos Estados Unidos da América, de 12 de Maio a 5 de Julho de 1997.

Percurso profissional

Director da Direcção de Serviços da Área Tutelar Educativa, em regime de substituição, de 1 de Maio de 2007 até ao presente.

Director do Departamento de Coordenação dos Serviços de Execução das Medidas Tutelares de Internamento, de 1 de Outubro de 2006 a 30 de Abril de 2007.

Director Regional do Norte, de 1 de Outubro de 2001 a 5 de Novembro de 2002.

Director do Colégio de Vila Fernando / Centro Educativo de Vila Fernando, em Elvas, de Julho de 1997 a Setembro de 2001 e de 6 de Novembro de 2002 a 30 de Setembro de 2006.

Coordenador da Equipa do Colégio Navarro de Paiva, de 15 de Dezembro de 1995 a 8 de Julho de 1997, tendo acumulado as funções de coordenador da Equipa do Colégio da Infanta de Outubro de 1996 a Julho de 1997.

Técnico de Educação e Técnico Superior de Reinserção Social, desde 28 de Dezembro, de 1988 respectivamente na Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores e no Instituto de Reinserção Social, desempenhando funções no Instituto Navarro de Paiva.

Professor de Psicologia, da cadeira de Psicologia do Curso Superior de Enfermagem Francisco Gentil, desde o ano lectivo de 1988/89 até ao ano lectivo de 1996/97.

Artigos publicados na área da justiça juvenil:

Programa de Controlo de Comportamentos numa Perspectiva Cognitivo-Comportamental, Aplicada em Meio Institucional; Revista “Infância e Juventude”, 87.1, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça.

A Criança em Risco Psicossocial; Revista “Infância e Juventude”; 91.1, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça.

Aspectos Psicossociais da Delinquência Infantil e Juvenil; Revista “Infância e Juventude”, 92.2, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça.

Dificuldades de Aprendizagem e Baixo Desempenho Escolar; Revista “Infância e Juventude”, 92.3, Revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores — Ministério da Justiça

O Internamento de Menores: Uma Medida Educativa e Terapêutica. Um modelo de intervenção Institucional; in “Os Jovens e a Justiça”, J. Cóias & Col. Ed., APPORT, 1995.

Sexualidade e Família. Um Programa de Intervenção em Meio Institucional; in “OS JOVENS E A JUSTIÇA”, J. Cóias & Col. Ed., APPORT, 1995.

A Componente de Animação Sócio-Cultural na Acção Educativa em Internato: Uma Experiência no Colégio Navarro de Paiva. Revista “Infância e Juventude”, 95.3, Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

A Terapia de Grupo em Meio Institucional: Treino de Aptidões de Lidar, Utilizando Técnicas de Auto-Controlo, Auto-Instrução e Resolução de Problemas. Revista “Temas Penitenciários, Série II, 1998; Revista da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

O Modelo de Intervenção Educativo e Terapêutico do Colégio de Vila Fernando. Os Camping Terapêuticos como um Desafio à Mudança, Revista “Infância e Juventude”, 92.3, Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

O Programa de Re-ED de Vila Fernando: A Avaliação e a Manutenção e Desenvolvimento do Programa são o Grande Desafio do Ano 2000; Conferência Mundial sobre Reestruturação dos Serviços para Crianças: “Por uma Mudança Sustentável”, organizada pela Pressley Ridge Schools.

Princípios de Intervenção Educativa em Meio Residencial: A Vida em Instituição como uma Oportunidade de Mudança, Revista “Infância e Juventude”, 01.2, Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

A institucionalização como uma oportunidade de aprendizagem — “Em Comunicação”, n.º 8/4.º trimestre, Dezembro de 2004; Revista do Instituto de Reinserção Social — Ministério da Justiça.

Despacho (extracto) n.º 904/2009

Por meu despacho de 2008.11.21:

Lic. Jorge Humberto de Jesus e Oliveira, inspeção superior principal da carreira de inspecção, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades em Saúde — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director do Centro Educativo do Mondego desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo. 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC).

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota Curricular Académica e Profissional

Dados pessoais:

Jorge Humberto de Jesus e Oliveira

Estado Civil: Casado

Data de nascimento: 16 de Novembro de 1961

Profissão: Funcionário Público

Habilitações Literárias e Profissionais:

Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa em 1985.

Curso de extensão universitária — pós graduação — em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

Curso FORGEP do INA.

Percurso profissional:

Iniciou funções na Administração Pública em Jan.1987 como bolseiro no Departamento de Protecção e Segurança Radiológica do LNETI.

Em Out.1988, precedendo concurso público, ingressou na Inspeção-Geral de Saúde, desenvolvendo trabalho no âmbito das funções da IGS, nomeadamente a instrução de processos de auditoria, averiguações, inquérito e disciplinares, bem como inspecções ordinárias e intervenções temáticas e a elaboração de informações, pareceres e propostas. Detém desde 2003 a categoria de Inspector Superior Principal.

Desempenhou funções de Maio.95 a Dez.98 como assessor no Gabinete para os Assuntos Legislativos do Território de Macau, requisitado ao Ministério da Saúde.

As funções compreendiam a elaboração de estudos de natureza técnico-jurídica e de anteprojectos de diplomas legais, com acompanhamento dos trabalhos preparatórios do processo legislativo. Ocupou-se sobretudo de assuntos de direito administrativo e direito público, nomeadamente infracções contra a economia e saúde pública, processo tributário, expropriações por utilidade pública, regime jurídico das empreitadas de obras públicas, aquisições de bens e serviços e as matérias do regime jurídico aplicável aos trabalhadores da Administração Pública. Integrou o grupo interdisciplinar encarregue de ultimar o projecto do Código do Processo Tributário.

Em Jan.99 iniciou funções, como Director do Centro Educativo do Mondego, na Guarda, do Instituto de Reinserção Social, Ministério da Justiça, cargo que, após nomeação em comissão de serviço, precedendo concurso, exerce até ao presente. Exerceu ainda funções como Director do Centro Educativo dos Olivais, em Coimbra, do Instituto de Reinserção Social, em regime de substituição, de Abr. a Dez. de 2000.

Em Abr.2001, foi nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Vice-Presidente do mesmo Instituto de Reinserção Social, foi membro do Conselho de Gestão do IRS de Abr.2001 a Nov. 2002 e responsável, no âmbito das competências delegadas, pelo funcionamento da Divisão de Formação (DF), Divisão de Documentação e Informação Científica e Técnica (DICT), Divisão de Prevenção, Programas e Equipamentos (DPE) e Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspeção (DAJAI). De Jul. a Nov.2002 supervisionou o Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), que compreende a Divisão de Gestão e Administração Financeira (DIGAF) e a Divisão de Gestão e Administração do Património (DIGAP), e a unidade funcional de Infra-estruturas e Obras. Foi ainda nomeado em Out.2001, pelo SEJ, substituto do Presidente do IRS

Nomeado, em Jul. de 2001, pelo Secretário de Estado da Justiça (SEJ), representante nacional do programa de iniciativa e financiamento comunitário Hippocrates, para projectos públicos e privados na área da prevenção criminal, em curso até Dez.2002.

Outros elementos relevantes:

Publicou na Revista da Associação dos Advogados de Macau, em número dedicado a matérias de direito do ambiente e urbanismo, um artigo sobre “Direito de propriedade e jus aedificandi”, Revista da Associação dos Advogados de Macau, ano I, n.º 3, 1996.

Vogal do Conselho Jurisdicional da Associação de Patinagem de Lisboa durante o biénio 1993-1995.

Como formando, frequentou e participou em acções de formação, cursos, conferências e iniciativas similares, sobre as seguintes matérias: estrutura jurídica da empresa, bases da actividade financeira nos serviços de saúde, gestão orçamental pública, gestão por projectos, estatuto disciplinar, direito da saúde e bioética, responsabilidade dos profissionais de saúde, contabilidade para pessoal inspectivo, gestão por objectivos, Administração Pública, os direitos e os deveres dos trabalhadores, gestão pública e reforma da contabilidade pública, auditoria estatal, estrutura e funcionamento das instituições comunitárias e aspectos fundamentais do direito comunitário, auditorias de gestão em hospitais, Código do Procedimento Administrativo de Macau e a reforma e codificação do Procedimento Administrativo na RP da China, contencioso administrativo e formação estratégica para dirigentes bem como outras matérias relevantes para a área de intervenção da reinserção social.

Como formador do Instituto Politécnico de Macau (IPM), orientou cursos de formação organizados em colaboração com os SAFF, Serviços de Administração e Função Pública, para pessoal dirigente, chefias e técnicos superiores sobre os seguintes temas: sistema de organização administrativa; princípios fundamentais e regras do procedimento administrativo; regime jurídico da função pública, direitos e deveres dos trabalhadores e Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração.

A convite do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tem leccionado desde 2001 nos cursos de pós-graduação em Protecção de Menores sobre o sistema de execução de medidas tutelares em contexto institucional.

Sobre a mesma matéria, participou em cursos ou acções de formação de outras entidades, como a Universidade da Beira Interior, Faculdade Direito da Universidade do Porto e Centro de Estudos Judiciários.

Foi membro de júri como presidente, vogal efectivo e vogal suplente de diversos concursos de recrutamento de pessoal dirigente, técnico superior e pessoal técnico-profissional.

Despacho (extracto) n.º 905/2009

Por meu despacho de 2008.12.17:

Licenciada Jacinta Lúcia Catarino Lopes, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferida para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social, para a mesma categoria, escalão e índice, ficando exonerada do lugar de origem, com efeitos a 2008.12.01.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 906/2009

Por meu despacho de 30 de Setembro de 2008, no uso de competência delegada, foi autorizado à auxiliar administrativa, Maria de Fátima Gomes Costa o reinício de funções por tempo indeterminado na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, em lugar vago, com afectação ao Estabelecimento Prisional de Porto, precedendo procedimento de selecção de pessoal, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 2 de Junho de 2008. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 907/2009

Por meu despacho de 13 de Abril 2007, no uso de competência delegada, foi José António Santos Costa Rodrigues, técnico superior de 1.ª classe de reinserção social, da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro do Instituto de Reinserção Social, transferido para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reeducação, com efeitos a 22 de Janeiro de 2007, ficando exonerado do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 908/2009

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que por despacho do Ministro da Justiça, de 1 de Agosto de 2008, foi aplicada a pena disciplinar de demissão ao guarda de nomeação definitiva Emanuel Fernandes Ramos, da qual foi notificado em 18 de Agosto de 2008.

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 909/2009

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que por despacho do Ministro da Justiça, de 1 de Agosto de 2008, foi aplicada a pena disciplinar de demissão ao guarda de nomeação definitiva Aires Manuel Lopes Ornelas, da qual foi notificado em 27 de Agosto de 2008.

28 de Novembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 910/2009

Considerando que a assessora principal da carreira técnica superior, Edi Vieira da Luz Gomes do quadro de pessoal do extinto Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional, optou pelo provimento automático no quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, por despacho de 2 de Setembro de 2008, da Directora-Geral dos Serviços Prisionais foi o mesmo autorizado, em lugar a criar e a extinguir quando vagar, nos termos dos n.º 9 e 13 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 9 do artigo 12.º do mesmo diploma, alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro, com efeitos a 28 de Agosto de 2008.

15 de Dezembro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.